



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

INCLUSÃO ENTRE O DISCURSO E A AÇÃO: UM ESTUDO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS JOÃO CRUZ E SÃO FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS/SE.

MAGNA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS

MAGNA CECILIA SOBRAL SILVA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

RESUMO

O presente artigo tem como proposta elucidar a discussão acerca da inclusão de crianças com necessidades especiais no âmbito escolar de ensino regular e de como ocorre seu processo nas escolas municipais de Barra dos Coqueiros/SE. Para entender o percurso no âmbito da inclusão a metodologia utilizada na investigação é de abordagem qualitativa, a partir do método indutivo e subsidiada pela pesquisa de campo que possibilitou a coleta de dados. As reflexões elucidadas nesse estudo apoiam-se no referencial teórico de Carvalho (2014), Cananéa (2015), Damázio (2007), Quadros e Schmiedt (2006). Ademais, inclusão não pode ser vista apenas como uma ação de inserção da criança ao ambiente escolar, ela está garantida por leis que a legitimam, porém as instituições escolares matriculam e aceitam essas crianças, assim como se cumpre uma determinação imposta pela justiça.

Palavras-chave: Inclusão, Escola regular, Município.

ABSTRAT

This article aims to clarify the discussion about the inclusion of children with special needs in schools of regular education and how is your process in public schools in Barra dos Coqueiros / SE. To understand the course in the context of inclusion the methodology used in the research is qualitative approach , from the inductive method and subsidized by field research which enabled

data collection . The reflections elucidated in this study rely on the theoretical framework of Carvalho (2014) , Cananea (2015) , Damázio (2007) , Tables and Schmiedt (2006) . Moreover, inclusion can not be seen only as an act of inserting the child to the school environment , it is guaranteed by laws that legitimate , but educational institutions enroll and accept these children as it fulfills a determination imposed by justice. Palavras-chave: Inclusion, Regular School, Municipality.

INCLUSÃO ENTRE O DISCURSO E A AÇÃO: UM ESTUDO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS JOÃO CRUZ E SÃO FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE BARRA DOS COQUEIROS/SE.

Eixo temático 4- Educação e inclusão

RESUMO

O presente artigo tem como proposta elucidar a discussão acerca da inclusão de crianças com necessidades especiais no âmbito escolar de ensino regular e de como ocorre seu processo nas escolas municipais de Barra dos Coqueiros/SE. Para entender o percurso no âmbito da inclusão a metodologia utilizada na investigação é de abordagem qualitativa, a partir do método indutivo e subsidiada pela pesquisa de campo que possibilitou a coleta de dados. As reflexões elucidadas nesse estudo apoiam-se no referencial teórico de Carvalho (2014), Cananea (2015), Damázio (2007), Quadros e Schmiedt (2006). Ademais, inclusão não pode ser vista apenas como uma ação de inserção da criança ao ambiente escolar, ela está garantida por leis que a legitimam, porém as instituições escolares matriculam e aceitam essas crianças, assim como se cumpre uma determinação imposta pela justiça.

Palavras-chave: Inclusão, Escola regular, Município.

ABSTRAT

This article aims to clarify the discussion about the inclusion of children with special needs in schools of regular education and how is your process in public schools in Barra dos Coqueiros / SE. To understand the course in the context of inclusion the methodology used in the research is qualitative approach , from the inductive method and subsidized by field research which enabled data collection . The reflections elucidated in this study rely on the theoretical framework of Carvalho (2014) , Cananea (2015) , Damázio (2007) , Tables and Schmiedt (2006) . Moreover, inclusion can not be seen only as an act of inserting the child to the school environment , it is guaranteed by laws that legitimate , but educational institutions enroll and accept these children as it fulfills a determination imposed by justice. Palavras-chave:

Inclusion, Regular School, Municipality.

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema é bastante oportuna no que se trata de problemas na educação brasileira, mas principalmente pela possibilidade de poder contribuir no que se tenha um melhor entendimento a cerca do processo inclusivo nas escolas de ensino regular. O presente trabalho trás como proposta a análise e estudo, sobre como pode ser conduzida uma criança com necessidades especiais a uma instalação escolar antes pensada apenas para crianças sem necessidades especiais. Portanto, o primeiro passo foi buscar nos especialistas e teóricas informações que nortearassem a pesquisa principalmente na produção de material e desenvolvimento da discussão, dentre estes estão: Cananea (2015), Carvalho (2014¹ e 2014²), Damazio (2007), Quadros & Schmiedt (2006), que contribuíram na discursão a cerca da inclusão e autores renomados em escritos sobre metodologia, como: Apolinário (2015), Deslande (--), Gil (2010), Lakatos (--), enfim estes serviram de arcabouço das questões e afirmações expostas na pesquisa. No entanto, o mais importante está na possibilidade de desenvolver um trabalho que possa contribuir para o as instituições escolares, como também para os educadores e demais atores da educação. Nesse contexto, será conduzindo um diálogo a partir da realidade a que está inserido o aluno com necessidades especiais no ambiente escolar, questionando se esse ambiente é acolhedor ou inclusivo.

Durante a evolução da educação no mundo e no Brasil, observa-se a construção de um novo olhar para as questões da inclusão, obviamente que a legislação, por sua vez vai acompanhando as necessidades e as sociedades, assim criando mecanismos junto aos gestores para que estes realizem efetivamente uma educação inclusiva no mundo. Historicamente o surgimento de normatizações como: leis, decretos, artigos, movimentos e entidades não governamentais, ao longo dos anos contribuem para que houvesse um melhor embasamento e fortalecendo ao conceito de inclusão escolar, de fato nas comunidades, logo junto às pessoas com necessidades especiais, consequentemente as crianças também foram beneficiadas.

A inclusão é uma temática que por muito tempo iremos ouvir falar, mas que nos últimos anos o levante das discussões são balizados pela defesa dos direitos da criança, presente nas discursões institucionais no âmbito escolar, jurídico e social. Sendo assim, faz-se necessário levar a sociedade a uma reflexão de como o processo de inclusão ocorre partindo exatamente do local que são os municípios, depois pensando no geral, ou seja, adquirir uma percepção do que ocorre nas instituições que fazem parte do nosso cotidiano, para que assim seja possível

analisar a inclusão no seu contexto geral de Brasil.

A presente pesquisa tem como principal objetivo elucidar o processo inclusivo no que determina a legislação e como ela de fato ocorre. A inclusão e seu processo sofrem interferências, no entanto, ambas não devem ser dissociadas. Portanto, faz-se necessário a abordagem da temática sugerida, principalmente por ser inteligível o avanço das informações e o crescente contingente de crianças com necessidades inseridas nas instituições escolares de ensino regular municipal.

Dentre as questões que nortearam a fundamentação da pesquisa, foram observados a escola, seus agentes colaboradores, crianças e o cotidiano escolar das instituições pesquisadas. No entanto, o foco da pesquisa foi direcionado para observar os recursos, metodologias e demais ferramentas necessárias para e durante o processo de inclusão da criança com necessidades também. Contudo, as informações e dados coletados durante a pesquisa de campo, tornaram-se elementos de suma importância e que certamente contribuíram para as discussões e formulações de hipóteses a cerca da problemática a que se propõe o estudo.

Neste sentido, através deste trabalho, que faz suscitar discussões acerca do universo a que está sendo inserida a criança com deficiência na escola regular, utilizando de relatos dos colaboradores das instituições que foram entrevistados durante a pesquisa de campo com alunos do 2º ano do Ensino Fundamental Menor, do turno vespertino, da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Cruz, localizada na Rua Moisés Gomes Pereira, nº 280 e a Escola Municipal São Francisco de Assis, localizada na Rua Pedro Ricardo Nascimento, s/nº, CEP: 49140-000. Ambas localizadas no Centro da cidade, no município de Barra dos Coqueiros - SE.

2 DISCURSÃO TEORICA

A construção do referencial teórico parte do princípio básico da necessidade de reorganização de ideias de diversos trabalhos que foram escritos sobre o tema no que contribuam para processo de elaboração dissertativo do projeto de pesquisa, por ratificarem, contribuir para uma descrição fidedigna, além de, clarificarem as ideias, esta última quando escritas, possuem um papel fundamental na compreensão do tema abordado.

Toda pesquisa tem seu marco inicial, obviamente que após a escolha do tema, que para Silva (2005),

A escolha do tema de uma pesquisa, em um Curso de Pós-Graduação, está relacionada à linha de pesquisa à qual você está vinculado ou à

linha de seu orientador. Você deverá levar em conta, para a escolha do tema, sua atualidade e relevância, seu conhecimento a respeito, sua preferência e sua aptidão pessoal para lidar com o tema escolhido (pág. 30).

Os autores pesquisados e seus conceitos e explicações, foram primordiais para a construção dos saberes necessários para dissertar a temática inclusão escolar no âmbito da instituição de ensino regular municipal.

2.1- INCLUSÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO REGULAR

Em meio as possíveis hipóteses existentes diante da problemática da pesquisa, fazem parte do referencial bibliográfico autores que descrevem a motivação como um fator importante no processo inclusivo do aluno na escola, independentemente da necessidade especial ou não, todos precisam dela para aprender, portanto para a autora Cananéa (2015),

Para pensarmos em inclusão, então não basta aceitar o diverso, é preciso aceitar a diferença. Caso isso não ocorra, a diferença será sempre uma tentativa frustrada de tornar algo corrigível, passível de normalização. Portanto, o discurso inclusivo praticado pela mídia se apresenta apenas como uma invenção produzida pela sociedade, na busca em ganhar status de verdade (p. 35).

Neste sentido, a citação acima da autora reafirma a concepção de inclusão do pressuposto do direito adquirido e fundamentado nas leis a que regem a educação brasileira, que coloca todos os alunos no processo de inclusão, independente de serem ou não com necessidades especiais.

No atual contexto a que se encontra da sociedade vigente, a obra de Cananéa, sinaliza para a importância da educação a partir do conceito de “Para Todos” no que se trata de docentes, discentes e a sociedade em sua totalidade, além de, também estar presente nos documentos governamentais que regem a educação no país, onde aparece o termo “Pátria Educadora”, slogan que gerenciado de maneira eficiente, segundo o autor, colaboraria para o desenvolvimento de uma nação mais consciente e ativa no exercício de sua cidadania.

Neste contexto, o autor supracitado, afirma que:

Partindo da compreensão que o cidadão é o sujeito e que vive dentro da

coletividade, compreende seu papel histórico de construção e transformação da sua realidade e, além disso, trabalha para que a sociedade seja justa, respeitando a equidade frente as diversidades, diante de todas essas condições, temos então um processo educacional político bastante desafiador (CANANÉA, 2015, p. 133)

Para Carvalho (2014), ao consultar vários dicionários o conceito de inclusão constara como ato de inserção, mas ela alerta para a tradução como a mesma chama de ao “pé da letra”, ou seja, ao traduzir fidedignamente escritos conceituados nos dicionários disponíveis, a inclusão pode ser entendida como inserção é o nível mais elementar do acolhimento entre pessoas, tal como nos ensina a sociologia (p.68).

Negar a deficiência (sensorial, mental, física, motora, múltipla ou decorrente de transtornos invasivos do desenvolvimento) de inúmeras pessoas é tão perverso quanto lhes negar a possibilidade de acesso, ingresso e permanência bem-sucedida no processo educacional escolar, recebendo a educação escolar que melhor permita a remoção de barreiras para sua aprendizagem e participação (p. 60).

A autora supracitada elucida discussões a cerca do que se deve repensar sobre planejamento interdisciplinar envolvendo todos os atores e agentes da escola, segunda ela:

Estou, com ousadia, propondo uma virada linguística a serviço da construção do imaginário individual e coletivo em torno das diferenças das pessoas com deficiência, sem negá-las ou banalizá-las, mas reconstruindo-as numa nova rede de significações na qual as narrativas dos próprios deficientes e de suas famílias sejam constitutivas (p. 56).

2.2 ENTENDO UM POUCO O CONCEITO DO QUE É ACOLHIMENTO

De acordo com o Relatório da Infância e da Juventude, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o acolhimento deve ser realizado em instituições especificamente criadas para tal função, ou seja:

(...) o acolhimento institucional deve ser oferecido em diferentes modalidades, como abrigo institucional para pequenos grupos, casa-lar e casa de passagem, induzindo ao abandono de grandes abrigos, cujo

regime se revelou incompatível com o atendimento individualizado da criança e do adolescente, sobretudo no que se refere ao refazimento de seus laços familiares, quando possível, e à construção de vínculos comunitários. Na prática comprovou-se que o modelo de abrigo institucional isolava a criança e o adolescente de seu contexto familiar e comunitário e constituía ambiente que favorecia as diversas espécies de violação de direitos (2013, p.13).

O mesmo documento descreve qual a função do que é acolhimento e em que situação o mesmo deve ser realizado:

O serviço de acolhimento destina-se ao acolhimento provisório de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta (p. 13).

Portanto, é perceptível que escola não é citada como instituição que realiza acolhimento de crianças, logo sua função é a inclusão escolar.

Porém, no documento supracitado os promotores de Justiça assinalaram a existência nos abrigos e casas-lares de crianças ou adolescentes com necessidades especiais, mas:

(...) atendidos em condições especiais, a saber: acolhidos **com deficiência física, sensorial, mental, com transtorno mental**, dependentes químicos, portadores de doenças infecto-contagiosas, acolhidos em situação de rua, ameaçados de morte e adolescentes grávidas e/ou com filhos (p. 39, grifo nosso).

Contudo, as crianças com necessidades especiais que são direcionadas aos abrigos, estão lá por motivos que não são de aprender, mas situações de abandono familiar ou por esses admitirem não conseguir administrar a responsabilidade e atender as necessidades especiais a que a criança necessite. Essas informações são descritas pelo documento, onde afirma que:

Pesquisa inédita, realizada entre 2005 e 2007 nos abrigos do Rio de Janeiro, lançou luzes **sobre as condições do acolhimento de crianças e adolescentes com deficiência naquele Estado e**

concluiu que: a) as crianças e adolescentes com deficiência entram nos abrigos porque necessitam de cuidados que a família não consegue prover; b) um grande número deles ao entrar tem referências familiares, que são perdidas com o tempo, muitas vezes completamente; c) eles ficam muitos anos institucionalizados ou jamais deixam os 'abrigos' (p. 40, grifo nosso).

Diante de todas as colocações e informações do documento ministério público, as questões a cerca do paradoxo entre acolhimento e inclusões escolares se clarificaram e nortearam a discussões na pesquisa.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por envolver coletadas de dados, também por realizar estudo em uma comunidade a partir de uma amostragem, baseada em uma escola da rede municipal, descrevendo as possíveis variáveis encontradas. Explorando na tentativa de identificar os possíveis fatores determinantes para a pesquisa. Porém, ela é básica e exploratória por ter como objetivo gerar conhecimento e possuir um cunho exploratório, como também por se aproximar do problema. Apresentando como objetivo principal, conhecer o problema relacionado ao tema, recuperar informações e enfim, proporcionar um conhecimento e aprofundado no contexto do processo inclusivo nas escolas de ensino regular da rede municipal do município de Barra dos Coqueiros.

É uma pesquisa bibliográfica e documental, por usar autores e obras que deram subsídios e embasamento para as discussões a cerca da temática proposta. Realizando concomitantemente pesquisas em sites governamentais que possuem informações que foram cruciais no levantamento da hipótese. Logo devido ao quantitativo de materiais pesquisados foi necessária a organização de fichamentos resultantes da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa pode ser caracterizada por uma pesquisa ação por envolver pesquisado e pesquisador, pensada e planejada, mas que principalmente por contar com a colaboração e participação de todos os atores envolvidos para e com o pesquisador.

As ferramentas utilizadas para coleta partem do pressuposto da sua eficácia de acordo com o tipo e natureza da pesquisa. Neste sentido, foi utilizado como mecanismos de coleta, questionários, entrevistas e relatório. A entrevista foi realizada, por meio de questionário, com perguntas fechadas e abertas, dentre os entrevistados estão: a Coordenadora Geral da escola e a docente da sala supracitada, na qual os alunos com deficiência auditiva estão matriculados, ou seja, fazem parte do quadro e estão incluídos no processo de aprendizado.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Durante a pesquisa de campo foram utilizados métodos de abordagem como questionários, entrevistas informais e a observação do ambiente na instituição escolar São Francisco de Assis e João Cruz, localizada no município de Barra dos Coqueiros, objetivando a coleta de dados que fornecessem subsídios às discussões a cerca da inclusão e do processo a que a mesma envolve.

Os respectivos questionários foram respondidos pela Coordenadora (diretora) da escola e por uma professora que possui em sua turma alunos surdos incluídos. Ficou claro pelos escritos das duas educadoras que a escola não possui psicopedagoga disponível para o atendimento da criança surda. Outro problema encontrado é o apoio dos pais que são pouco participativos.

Ao responder aos questionamentos, a diretora esclarece que a participação dos professores no Projeto Político Pedagógico é limitada, o que justifica também a resposta da professora a dois outros questionamentos, onde ela afirma que a escola não possui nenhum projeto para ser trabalhado com crianças surdas e que desconhece os acompanhamentos do município como o de uma assistente social. Tais afirmativas nos faz refletir a respeito da importância do Projeto Político Pedagógico da Escola para que a inclusão aconteça como preconiza a legislação.

Uma das professoras entrevistadas informalmente revelou que possui formação de nível superior graduação em pedagogia e pós-graduada em psicopedagogia, não exerce a função de psicopedagoga e quando questionada sobre suas dificuldades em trabalhar com a criança deficiente auditiva responde: "No meu caso, a falta de orientação, não tenho o curso de sinais e também não iria adiantar porque o aluno não conhece os sinais e nem usa".

É perceptível que a professora se sente insegura no que se refere à comunicação com o aluno com necessidades especiais, no caso do com surdes ela colocou descreveu sua frustrada situação de não dominar a linguagem de Libras e a grave situação da criança que também não conhece. Provavelmente as dificuldades descritas em sua fala, devem atrapalhar o processo de alfabetização deste aluno, logo o mesmo não pode ser considerado inserido ou participando do processo de aprendizado.

Quando questionada sobre se participou de algum curso preparatório para trabalhar com crianças deficientes, a professora respondeu: "sim, fiz alguns cursos na área, não específico para deficiente auditivo que é o que tenho este ano em sala".

Faz-se necessário ressaltar que a falta de preparação e a não formação continuada dos professores, que, muito embora garantida pela legislação, não ocorre na mesma velocidade

ou tempo que as crianças com necessidades vão ocupando o quadro de matrículas das escolas. A exemplo da professora que afirma ter participado de cursos que hoje não contemplam sua necessidade de trabalho.

Quando define seu aluno a professora diz: “Um aluno com potencial, porém a minha falta de conhecimento faz com que o mesmo fique limitado”. Tal afirmativa gera uma reflexão do quanto à professora tem consciência da necessidade de cursos preparatórios voltados para inclusão, que possam orientar o trabalho com crianças especiais e que possam contribuir para o aprendizado e desenvolvimento destas crianças nas escolas.

Outra importante inquietação que a pesquisa buscou elucidar, foi como ocorria o acompanhamento social desses alunos por parte do poder público municipal. Nesse sentido, os respondentes expuseram que não existe assistência social para auxiliar as famílias e as escolas, o que dificulta a adequação das necessidades globais desses alunos.

E quanto aos professores, esse estudo procurou saber qual o papel desses atores na inclusão das crianças com necessidades especiais e que tipo de capacitação recebem que promove maior conhecimento acerca das necessidades desses alunos.

7 CONSIDERAÇÕES

No âmbito escolar, é notório que estes pequeninos são totalmente excluídos, eles são aceitos na rede regular de ensino devido à lei que obriga as instituições escolares aceitar a matrícula dessa clientela, pois tanto o espaço físico da escola como os profissionais que a compõe não estão preparados para receber e atender estas crianças.

Segundo Carneiro (2013),

Uma instituição especializada ou escola especial é assim reconhecida justamente pelo tipo de atendimento que oferece, ou seja, atendimento educacional especializado. Sendo assim, suas escolas não podem substituir, mas complementar as escolas comuns em todos os seus níveis de ensino. (CARNEIRO, 2013, p. 133)

Diante da afirmação do autor supracitado, a pesquisa sinaliza para outro fator importantíssimo detectado no decorrer desta, que é contradição entre professores e diretor, onde o primeiro afirma que oferece todo suporte e apoio aos professores para trabalhar com os alunos com que possuem necessidades especiais, enquanto o segundo afirma que o grande empecilho encontrado para trabalhar com os mesmos é a falta de apoio e suporte.

Portanto, o que se pode perceber claramente é que se faz necessário dar visibilidade às crianças com necessidades especiais, porque elas possuem capacidade de evoluir, basta que acreditem em seu potencial, que os mesmos sejam estimulados, que principalmente que se faça do ambiente onde está inserido um grande aliado e que não o que irá excluir dentro da instituição que a priori se diz escola inclusiva, visto que falar que incluiu um aluno é fácil, difícil é tratá-lo da mesma forma que tratam os demais. Isto é, inclusão não meramente ocupar em espaço em sala de aula, mas possibilitar que esse aluno tenha estimulação em seu convívio e aprendizado através das atividades compatíveis com as de seus colegas de sala denominados normais.

Não obstante, dentro do planejamento escolar deve haver projetos pensados também para os pais ou responsáveis, onde estes também façam parte do processo de inclusão da criança com Down, já que o nascimento de uma criança com a síndrome coloca a mesma na condição de reajustar suas perspectivas e planos à nova realidade com a qual não era esperada. A qualidade da interação escola, aluno, docente e família fatalmente contribuirá para superação dos problemas existentes, como também promovera o equilíbrio.

Enfim, o processo de inclusão da criança com ou sem necessidades nas instituições escolares, perpassa por um desenvolvimento cognitivo, onde requer adaptação até mesmo para as crianças que não possuem necessidades especiais. O fato é que as dificuldades são perceptíveis e que a criança que possui algum tipo de necessidade provavelmente também terá suas limitações dentro de qualquer ambiente. Portanto, não diferente dos demais ambientes de sociabilidade, na escola ela precisará de um tratamento especial. Neste sentido, a importância do presente trabalho se justifica, por proporcionar ressurgimento de discussões que possam contribuir para um melhor entendimento a cerca dos processos de inclusão nas escolas regulares e os possíveis problemas existentes para a criança e para a instituição escolar.

REFERÊNCIAS ANGELICA, Thiago da Costa Sá; BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula. **Crianças com deficiência e o acesso à educação fundamental no Brasil: inclusão ou integração?** Uma análise a partir do direito constitucional. Pensar, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 9-34, jan./abr. 2014. APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia Científica: filosofia e pratica da pesquisa.** – 2 Ed. – São Paulo: Cengage Learning, 2015. BARBOSA, Josilene Souza Lima; SOUZA, Rita de Cássia Santos; TOSCANO, Crystiane Vasconcelos Andrade. **Um dos desafios na História das Políticas Educacionais: A inclusão da criança com deficiência auditiva.** Revista HISTEDBR On-line, nº30 p. 200 – 211, Campinas, jun. 2008.

Disponível em:

<http://>

[www.](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/30/art13_30.pdf)

[histedbr.fe.unicamp.br](http://www.histedbr.fe.unicamp.br)

[/revista/ edicoes/30/art13_30.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/30/art13_30.pdf)

. Acesso em 25/02/ 2016. BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; ANGELICA, Thiago da Costa Sá.

Crianças com deficiência e o acesso à educação fundamental no Brasil: inclusão ou integração?

Uma análise a partir do direito constitucional. Pensar, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 9-34, jan./abr.

2014. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Congresso Nacional. 2006. _____.

Educação inclusiva: v. 2: o município / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 27 p. _____.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Brasília: Congresso Nacional, 1996. _____.

Ministério da Educação. **Inclusão:** Revista Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 1, p. 4-6, jan./jun. 2008. _____.

Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares.

Disponível em:

file:///C:/Users/Downloads/notatecnica_n112010.pdf

. Acesso em 23/02/2016. _____. Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, C327 2000, Série 2 I 96p.: il.

_____. **Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Disponível em:

<http://>

portal.mec.gov.br

[/dmdocuments/ rceb004_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)

. Acesso em 23/02/ 2016. _____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de educação especial:** a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012. _____.

Secretaria de Educação Especial Deficiência mental / organizado por Erenice Natalia Soares Carvalho. - Brasília: SEESP, 1997. _____. **Educação inclusiva:** v. 1: a fundamentação filosófica / coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 28 p. _____. Ministério da Educação.

Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007. CANANÉA, Fernando Abath. **Percursos educacionais:** ação-reflexão-ação. – João Pessoa: Editora Imprell, 2015. 159p. CARNEIRO, Alves Moaci. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns:** possibilidades e limitações. 4ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. CARVALHO, Rosita Edlar. **Escola inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. – 6. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014¹, 136p. _____. **Educação inclusiva:** com os pingos nos “is”. – 10. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014², 176 p. DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado:** pessoa com surdez. SEESP/SEED/MEC, Brasília: DF, 2007. DESLANDES, SUELY FERREIRA e MINAYO, MARIA CECILIA DE SOUZA. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 30 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. DISCHINGER, Marta; BINS, Vera Helena Moro; BORGES, Ely Monna Michelle Faleiros da Cunha. **Manual de acessibilidade espacial para escolas:** O direito à escola acessível!, Ministério da Educação e Secretaria de Educação Especial, Brasília: DF, Agosto de 2009. FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação.** Cadernos de pesquisa, Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nº 114, p.197-223, 2001. GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** – 5. ed- São Paulo: Atlas, 2010. GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** Salvador: Bahia, Publicação Paidéia, 2003,12(24), 149-161. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios e trabalhos científico. - 7. ed. – 8. Reimpr. - São Paulo: Atlas 2013. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.** 2ª ed. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (org). Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. QUADROS, R. M. de & SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP. 2006. SGOBBI, Isabela Vicenzo. **Práticas pedagógicas na história da escolarização:** ouvindo os alunos e repensando práticas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

(*) Graduada em Letras (FFPP), Com formação em Psicanálise Pós-graduada em psicopedagogia (2004-FANESE), Pós-graduação em Educação, pela Instituição FCU/UNIFUTURO, E-mail: magnadeoliveira@yahoo.com

.br

.

(**) Graduanda em Letras e Libras pela UFS/2016.1. Graduada em Licenciatura Plena em História (UNIT). Pós-graduada em Patrimônio e Educação em Sergipe (FACULDADE ATLÂNTICO). Mestranda do curso de Pós-graduação em Educação, pela Instituição FCU/UNIFUTURO/ULB E-mail: magnacecilia@bol.com

.br

.

Recebido em: 07/07/2016

Aprovado em: 10/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: